



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

**Ata da Reunião da 6ª (sexta) Audiência Pública do 1º (primeiro) Período Legislativo de 2016 (dois mil e dezesseis da Câmara Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.** Ata da Audiência Pública para discutir o Plano Diretor - Desenvolvimento Econômico. Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, na Sala das Sessões, às dezoito horas, assumiu a Presidência o Vereador Welberth Porto Rezende. O Sr. Presidente iniciou a Sessão, informando que a Audiência é um trabalho conjunto para discutir o Plano Diretor, agradeceu a participação de todos. Convidou para compor a Mesa: Francis Barbosa (Assessora de Gestão Estratégica), Glauro Franco (Plano Diretor), Clóvis de Queiroz Lima (Subsecretário Municipal de Comércio), Vandré Guimarães (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo de Macaé), Raul Machado (Agetrab), Gustavo Peretti Wagner (Subsecretário Municipal de Desenvolvimento Econômico), Meyrnardo de Carvalho (IMCT), Leonardo Anderson (Subsecretário de Turismo), Rizete Ribeiro (Subsecretária de Pesca), Leonardo Pessanha (Subsecretário de Micro e Pequenas Empresas), Rogério Valença (Secretaria de Agroecologia). O Sr. Presidente registrou a presença de Miriam Reid (Plano Diretor) João Santana (Professor da UFRJ), Joelson Tavares (Presidente do IMCT). O Sr. Presidente colocou que é mais uma revisão do Plano Diretor, e agradeceu a presença de todos. O tema de hoje é o Desenvolvimento Socioeconômico. Disse que a dinâmica inicia com o Glauro fazendo toda leitura e quem quiser falar é só pedir destaque, sendo que a leitura será por seção. Se quiserem falar sobre o texto, serão três minutos e se não houver consenso, haverá votação. Pediu que sejam objetivos, pois não será permitido longo debate. Explicou que as questões técnicas serão debatidas pelos técnicos e essa audiência é em conjunto com os Poderes Legislativo e Executivo, com horário limite até às vinte e uma horas. Glauro agradeceu a presença de todos. Falou que tem marcação de texto em amarelo, que vem da Câmara Temática da Região Serrana. Ressaltou que é uma parceria com cada Câmara. Procedeu à leitura do Capítulo Desenvolvimento Econômico. O Sr. Presidente disse que será debatido cada artigo. Ressaltou que esta audiência está sendo transmitida via *internet* e será registrada em ata. Capítulo I – Seção I - Do Desenvolvimento Econômico. Artigo 1º - Glauro Nader – comentou que ele fala sobre o conceito de desenvolvimento econômico e sugeriu que acrescentem o termo *sustentabilidade econômica*. Aprovado por unanimidade. Paulo Sérgio questionou se os temas discutidos nesta audiência serão também debatidos na audiência da Região Serrana. Glauro respondeu que sim. Artigo 3º - São diretrizes gerais das Políticas Públicas para Desenvolvimento Econômico. Inciso XI – Paulo Sérgio sugeriu acrescentar o termo: *a inclusão de pessoa com deficiência no mercado de trabalho*. Aprovado por unanimidade. Artigo 4º - São ações estratégicas das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico. Paulo Sérgio propôs um novo inciso para a *criação de um programa de qualificação para pessoa com deficiência no município*. Aprovado por unanimidade. Seção II – Do Turismo – Artigo 7º - São ações estratégicas das Políticas Públicas para o Turismo. José Dunas colocou que tem uma coisa muito cruel contra os hotéis de Macaé, pois os turistas de idade, que vêm aos hotéis, não têm onde estacionar, porque não têm vagas reservadas para os ônibus pararem em frente ao hotel. Disse que tem um grupo de quatrocentas pessoas para o próximo mês, e já está sendo questionado onde vão





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

estacionar. Colocou que as farmácias conseguiram duas vagas, mas ele não consegue essa placa. Em todo o estado têm placas de quinze minutos para estacionar, para fomentar o turismo. O Sr. Presidente disse que passará a palavra ao Vandré. Informou que a farmácia já tem um projeto, mas se comprometeu, como Vereador, em fazer esse projeto para hotéis e pousadas terem área de embarque e desembarque. O Secretário Vandré comentou que é uma colocação procedente e conforme o Vereador Welberth falou, vai propor na Câmara fazer um projeto com relação a hotéis e pousadas. Sua pessoa ficou também de sensibilizar a Mobilidade Urbana para tentar fazer um estudo nesse sentido e comprometeu-se em fazer contato com a Rede Hoteleira para agilizar essa situação. O Sr. Presidente falou que como a colocação foi resolvida, passarão à próxima questão. Artigo 7º - Inciso VI – Paulo Sérgio falou que devido ao fato de o Município ter várias unidades de conservação e, para fomentar a área de turismo nessas unidades, sugeriu que seja acrescentado no final do período: *e unidades de conservação no Município*. Aprovado por unanimidade. XX e XXVII – Paulo Sérgio e Áureo Machado comentaram que esses incisos estão repetidos. O Sr. Presidente colocou que será suprimido o Artigo XXVII. Aprovado por unanimidade. Leleco perguntou sobre o que será feito com relação a guias turísticos que estão faltando no Município. O Sr. Presidente disse que é um ponto fora do Plano Diretor e pediu que o Leonardo respondesse. Leonardo informou que tem um bom relacionamento com a Secretaria de Turismo e ficou de falar com o Júlio. Orientou o Leleco para entrar contato com Secretaria de Turismo. Seção III – Da Pesca. Glauro procedeu à leitura. Em seguida, Sr. Presidente colocou em discussão os destaques. Artigo 9º - São objetivos das Políticas Públicas para a Pesca. II – Paulo Sérgio questionou quem colocou o Rio Jundiá, sugeriu que retire o Rio Jundiá, porque ele não é na área de Macaé. José Inácio informou que ele e um colega da Secretaria de Pesca, quando fizeram a revisão do tema, observaram isso também e, nesse dia, um dos técnicos afirmou que o Rio Jundiá existia e fazia parte da Bacia Hidrográfica de Macaé. Glauro ficou de fazer um levantamento e dará a resposta posteriormente. Paulo Sérgio disse que é só colocar que na Bacia de Macaé não tem Rio Jundiá. Clóvis disse que o Rio Macaé tem uma parte dele que nasce em Glicério, e só se torna Rio Macaé quando chega na Adutora Severina e tem uma grande parte que vem da Região Serrana, que é o Rio São Pedro, então existe uma grande parte do leito do Rio São Pedro que tem sua Bacia. Sr. Presidente perguntou se a proposta é suprimir o Rio Jundiá ou se há consenso. Francis perguntou se havia algo mais para acrescentar ao Plano Diretor. Falou que a parte que está sendo abordada, é parte em transição entre o Rio e o Mar, mas sua pessoa não tem conhecimento técnico para saber se o Rio Jundiá faz parte da Bacia hidrográfica. Rômulo disse que também não tem certeza e na própria Câmara Temática um técnico afirmou que faz parte, propõe então que façam uma consulta antes de eliminar esse nome. O Sr. Presidente disse que vai ter uma última audiência na Serra e se for possível para aguardar até a próxima audiência para fazer a alteração e questionou se não é melhor aguardar. Paulo Sérgio falou: *há três Bacias Hidrográficas, Rio Macaé, Lagoa de Imboassica e Lagoa de Jurubatiba*. A Presidência colocou que fica então combinado que será feita a pesquisa. Pedro Paulo falou que o Rio Jundiá é o rio de Rio das Ostras e desagua em Imboassica. É um filete no trecho urbano, mas desagua na Lagoa de Imboassica. Sr. Presidente agradeceu a participação do





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

Pedro. Disse que, então, fica para a última Audiência Pública do Plano Diretor para definir a questão do Rio Jundiá. III – Paulo Sérgio sugeriu a inclusão do termo do *aumento do potencial pesqueiro* no final do inciso. Aprovado por unanimidade. V – José Inácio propôs adicionar mais inciso, o VI, que seria: incentivar e apoiar ações que visem ao aumento do pescado no município. Aprovado por unanimidade. Artigo 10 – São diretrizes gerais das Políticas Públicas para a Pesca. XI – Paulo Sérgio reconhece a necessidade de incentivo nessa área, mas tem que pensar em atrair mais cardumes para o litoral, pois acabaram se distanciando e cada vez mais os pescadores têm que ir mais longe. Recentemente, fizeram o novo gasoduto e tem noventa quilômetros quadrados de exclusão de pesca, então sugere que inclua no inciso, após o termo tecnológico: *em especial atratores de pesca*, após, continuar o texto. Acrescentou que está insistindo que deve haver pesquisa no sentido de atrair mais cardumes, pois nos municípios vizinhos já estão fazendo pesquisas. Aprovado por unanimidade. José Inácio enfatizou que concorda com Paulo Sérgio sobre os atratores, sugerindo colocar: *sendo observado estudo técnico de instalação de atratores* para essa atividade econômica, devido ao fato de haver a questão da atividade *offshore*. Francis - colocou que os técnicos podem explicar melhor, quando falam em pesquisa tecnológica, já estaria sendo contemplado. José Inácio falou que, quando discutiu esse ponto, foi justamente para isso, quando aprontasse um atrator, o local dele já estaria discutido, tanto com a comunidade pesqueira, quanto com a atividade econômica envolvida na área. Dentro do aprimoramento tecnológico já havia imaginado o atrator. Francis colocou que quando o Paulo Sérgio fala em atratores de pesca, já está dentro de aprimoramento tecnológico. Vandrê sugeriu acrescentar mais um inciso: incentivar e fomentar *a utilização de pescado na merenda escolar*. Aprovado por unanimidade. Artigo 11 – São ações estratégicas das Políticas Públicas para a Pesca. II - Paulo Sérgio propôs criar projetos para aumento do potencial pesqueiro, além do que já consta no texto. Quer saber como podem amarrar as contrapartidas aplicadas nesses projetos. Francis disse compreender quando fala do aumento da atividade pesqueira e não há problema incluir no artigo, agora dos empreendimentos que estão vindo, incluir no artigo, *o que está querendo com isso?* Paulo Sérgio questionou como poderia amarrar as contrapartidas dos empreendimentos em benefício da pesca. Como novo empreendimento, estão construindo uma nova sede da Colônia dos Pescadores e também uma associação de pescadores, mas isso não é retorno direto para o pescador, o ideal é medida que possa aumentar o potencial pesqueiro. Francis disse que quando fala em desenvolvimento sustentável, está atacando o excesso de exclusivismo, tanto de um lado, quanto de outro, então acaba tendo as medidas legais previstas para proteger os pescadores. Gustavo comentou sobre o ponto de vista de licenciamento ambiental e citou a questão da obrigatoriedade que o IBAMA define e que passa a estudar cada um dos empreendimentos, e mesmo com as medidas incentivadoras e compensatórias, fica difícil utilizar o Plano Diretor, que é uma legislação que está relacionada a um convênio do Ministério da Cidade, e arrumar um caminho jurídico para amarrar a compensação ambiental. Disse que acredita ser impossível fazer isso. Francis disse que quando fala no texto movimento sustentável, isso já está garantido, enquanto as exigências estão muito amarradas na legislação ambiental. Paulo Sérgio disse que concorda, mas falou das





ESTADO DORIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

contrapartidas, e acrescentou que o que vê nessas medidas compensatórias é uma reforma na colônia, uma outra obra qualquer, porém o pescador não sente o retorno dessas medidas. Ressaltou que não fez nenhuma proposta para esse item, porque não havia como encaixar no texto. Contudo, disse que é lamentável não colocar no Plano Diretor algo nessa linha, pois essas contrapartidas com esses empreendimentos estão acabando com a pesca no Município e com a possibilidade de uma atividade econômica futura, sendo que petróleo está mostrando o que vai acontecer com Macaé e os pescadores têm que ir cada vez mais longe. Concordou que é difícil inserir uma alternativa nesse texto. Glauro procedeu à leitura da Seção IV (quarta) – Da Agropecuária O Sr. Presidente pediu que comentem os destaques. Artigo 13 – São diretrizes gerais das Políticas Públicas para a Agropecuária. Inciso XIII - Rogério sugeriu excluir do texto a conjunção *e* prevalecendo da seguinte forma: *degradação das propriedades do solo*. Aprovado por unanimidade. Artigo 14 – São ações estratégicas das políticas para a Agropecuária. Inciso XX- José Inácio propôs incluir a palavra: *piscicultura*. Francis sugeriu que se incluía um inciso sobre *piscicultura* na Seção Pesca. Glauro questionou: *quando fala em Escola Técnica Multidisciplinar se quer que incluía essa disciplina?* Francis falou que a questão não é incluir, a inclusão já é consenso, *mas onde incluir?* Aprovado por unanimidade. Rômulo sugeriu a inclusão de dois incisos sobre regulamentação, sendo um sobre pagamento de serviços ambientais e outro sobre uma outra lei. Aprovado por unanimidade. Dilton Luiz propôs que no inciso VIII, no Artigo 14, incluam a palavra: *aos*, antes do termo produtores rurais. Aprovado por unanimidade. Sugeriu que os incisos III, IV e VIII sejam condensados em único inciso. Glauro disse que estão tratando de uma mesma coisa, porém têm pequenas diferenças, então não tem prejuízo deixar os três. Dilton Luiz falou que acha que o texto do Plano Diretor às vezes se torna de difícil interpretação pela própria extensão dele, então quanto mais simplificar é melhor. Lembrou que na última Sessão falaram do incentivo à participação comunitária e o PCA já está regulamentado desde dois mil e doze, *ou não?* Rômulo disse que a regulamentação passa pela transformação, uma proposta do Executivo e ela ainda não tramitou na Câmara Municipal, portanto, não foi aprovada, está na Prefeitura. Os incisos serão mantidos. Leleco comentou que nos Artigos 13 - inciso XI e no 14 - inciso XX sugeriu que elimine a palavra que está repetida. Glauro respondeu que o Artigo 13 fala sobre diretriz, então aborda mais amplamente sobre a questão da escola e 14 – inciso XX é ação estratégica, definindo como trabalhar com ela. Vandrê, na Seção da Pesca, disse que devem fomentar artigos hortifrutigranjeiros na merenda escolar. Aprovado por unanimidade. E uso de produtos agrícolas. Aprovado por unanimidade. Pedro sugeriu substituir a palavra merenda escolar para *alimentação*. Aprovado por unanimidade. Glauro procedeu à leitura da Seção V – Da Indústria, Comércio e Serviços. Artigo 16 - São diretrizes gerais das Políticas Públicas para a Indústria, Comércio e Serviços. IV – pediu o apoio da Secretaria, pois o papel de regulamentação é do Sindicato do Comércio, portanto, sugeriu que suprimam o artigo. Aprovado por unanimidade. Glauro procedeu à leitura da Seção VI – Da Economia do Petróleo. Artigo 18 – São objetivos das Políticas Públicas para a economia do Petróleo. I- Glauro Nader entendeu que o plano já é claro e acha que as Políticas Públicas contribuem, além de reconhecer o arranjo produtivo de petróleo e gás. Então, sugeriu





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

iniciar o texto colocando: *reconhecer e contribuir para que a estrutura de governança do arranjo...* e continua com o texto. Gustavo disse que textualmente o termo *reconhecer* não está relacionado ao arranjo produtivo, mas sim ao ciclo econômico baseado no recurso ambiental finito. Glauco Nader disse que estão confundindo ciclo produtivo do petróleo com o arranjo. Acrescentou que uma coisa é reconhecer que a riqueza do petróleo é finita, a outra é aceitar que existe hoje um arranjo produtivo em Macaé e região, isso é, não existe outro arranjo. Então, é preciso que o inciso seja reescrito. Bruno Machado disse que o inciso reconhece que o arranjo produtivo do Petróleo e gás é um ciclo econômico com base no recurso ambiental finito, então a partir do momento que esse ciclo se esgotar, todo arranjo produtivo cai junto, então reconhecer que no dia em que acabar deverá estar preparado para essa quebra na atividade econômica. Glauco Nader disse que a redação está errada então, o arranjo não se esgota, é a matéria produtiva que se esgota. Disse que esse inciso pode ser melhor escrito, Sr. Presidente indagou se havia consenso, como não, pediu ao Glauco Nader para fazer mais uma defesa e vai encaminhar para votação. Glauco reforçou que não é necessário sair de Macaé, porque o petróleo termina. Existem outras cidades no mundo e não foi preciso sair dela, porque uma atividade se esgota e citou o exemplo da Escócia. Salientou que Macaé tem que buscar uma solução para seu futuro, pois têm outras alternativas econômicas para serem incentivadas. Exemplificou dizendo que a fábrica de máquinas que solda peças para automóveis, não precisa estar instalada no mesmo local que a fábrica de automóveis, então isso pode acontecer em Macaé. Por isso, propôs que reconheça e contribua com as estruturas de governanças que já existem hoje, no Município, voltadas para o arranjo produtivo de petróleo e gás. Francis pediu que informasse o texto para colocar em votação. Glauco Nader confirmou: *contribuir e reconhecer as estruturas de governanças do arranjo produtivo de petróleo e gás*. Martinho Santa Fé disse que há outras formas de produção, além da cadeia de petróleo em Macaé. Glauro questionou se há consenso com a proposta do texto. Bruno responde que não tem nada contra, entretanto, supor que com o esgotamento do recurso finito a cadeia não tem nenhuma alteração é jogar com algo que não tem como prever, o recurso sim pode acabar e para isso a cidade tem que ter um planejamento para evitar evasão da indústria. Gustavo colocou que dessa forma vai acabar com objetivo de dizer que o recurso do petróleo é finito, então o conceito acaba se perdendo. Francis sugeriu que dividisse em dois incisos, sendo que outra parte será no novo inciso. Aprovado por unanimidade. Artigo 19 – São diretrizes gerais das Políticas Públicas para a economia do Petróleo. VI Glauco Nader disse que não conseguiu entender como uma diretriz fornece conteúdo técnico qualificado para o ensino fundamental. Francis comentou que achou bem confuso o texto, o ideal é suprimir o inciso. Nilton colocou que o Plano Educação que vale no âmbito Nacional, tem o modelo técnico como Ensino Médio, que é obrigação do estado, não do Município. Gleice falou sobre essa inclusão, que já faz parte das feiras livres, como conhecimento técnico para alunos de Ensino Fundamental. Glauro disse que acha que está mal redigido, mas podem adequar esse texto para levar o ensino às crianças do Ensino Fundamental. Martinho disse que o ideal é começar a ensinar às novas gerações energias renováveis. Meynardo colocou que, se levarem esse debate ao Ensino Fundamental, o debate de ciência e tecnologia deve ser de forma ampla. Falou que o





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

petróleo e gás são atividades plenas, independentemente de estar no Plano Diretor ou não. Sugeriu a supressão do inciso. Francis comentou que parece que todos sugeriram a supressão do inciso. Gleice concordou, sugerindo que seja colocado no Capítulo de Ciência e Tecnologia. Aprovada a supressão do inciso por unanimidade. Inciso III – Pedro falou da mudança da organização da frase, dizendo que poderia ser mais bem definida, falta um complemento. Sugeriu *ampliar a complexidade econômica*, a base econômica local não expressa muito bem o que já é feito aqui, *sugeriu ampliar a complexidade econômica*. Glauro questionou se sugere substituir a frase por complexidade tecnológica. A Presidência disse que a Mesa quer que mantenha o texto original. Pedro reforçou que dinamização é termo vago, não exprime a mesma coisa que ampliar a complexidade. O Sr. Presidente indagou se ele manteria a sugestão. Miriam Reid sugeriu colocar: *visando à diversificação da base local*. Disse que visa à diversidade local, como no caso da Noruega, quando as jazidas começaram a se esgotar, entraram na era da diversificação da base local. Pedro falou que na sequência o texto fala sobre diversificação. Em termos gerais, chega próximo. Acredita que o texto é no sentido de ampliar a complexidade econômica, para substituir uma série de ideias, mas concordou. Aprovado por unanimidade. Rogério colocou que para contribuir com o Glauco Nader, disse que deveriam colocar um novo texto. O Sr. Presidente falou que já foi acordado, que seria colocar o inciso junto, mas Glauco sugeriu em separado. Rogério falou que a proposta será em novo inciso. Glauco disse que ele sugeriu o novo inciso. Rogério fez a leitura do novo inciso. Aprovado por unanimidade. Glauro procedeu à leitura da Seção VII – Da Ciência e Tecnologia. Artigo 21 – São objetivos das Políticas Públicas para a Ciência e Tecnologia. Meynardo sugeriu incluir no título o termo: *Inovação*. Aprovado por unanimidade. II – Meynardo propôs incluir também o termo: *Inovação*, após Ciência e Tecnologia. Aprovado por unanimidade. V – Meynardo sugeriu a supressão. Falando pelo IMCT, comentou que, embora esse inciso faça menção à lei desse Instituto, é uma atividade que está em pleno desuso na estrutura do Instituto. Essa prática de oferta de serviço de metodologia, o Município atualmente não faz mais. A política local hoje de ciência e tecnologia é voltada para a educação de fomento de política e não de serviço. Aprovado por unanimidade. VII - Glauco não entendeu quando falam em órgão de fomento ligado ao IMCT e não à política. Alterado o texto. Aprovado por unanimidade. Artigo 22 – São diretrizes gerais das Políticas Públicas para a Ciência e Tecnologia: V – Meynardo comentou que há um conflito de ideias, parece que isso não faz parte do Plano Diretor, a própria Prefeitura pode oferecer esse serviço, então sugere suprimir o inciso. Nilton sugeriu que no lugar de fornecer poderia colocar *fomentar*. Francis pediu opinião ao Vandrê. A Mesa optou pela supressão. Pedro concordou com a supressão. Aprovada a supressão por unanimidade. VII - Meynardo disse que está esbarrando na mesma questão número cinco, então a opção é pela supressão. Nilton discordou, pois é um engenheiro concursado pelo IMCT e todas as atribuições estão lá. Acha que perdeu um pouco a força, mas deve constar no Plano Diretor. O mercado privado cresceu e acha que deve ser incluído pelo Município. O Sr. Presidente disse que a posição da Mesa é pela supressão. Nilton não concordou totalmente com a supressão, em função do argumento. Acha que para o argumento não justifica a supressão. Francis disse que a Lei Complementar nº 238





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

trouxe as atribuições antigas, como é algo que está em ênfase, porém existem outros objetivos mais atuais. Meynardo disse que na sua opinião se deixar não vai trazer problema para o Plano Diretor, só vai constar um termo obsoleto, então faz parte, através de laboratório, a disseminação da tecnologia. Então, o sentido é fomentar a tecnologia. Nilton disse que tem consenso, pois não são prioridades. Meynardo frisou que é importante colocar que o fato de suprimir não quer dizer que o Município está perdendo, pelo contrário, está ganhando, pois está deixando de focar numa situação específica para incrementar o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação. Aprovado por unanimidade. Artigo 22 - São diretrizes das Políticas Públicas para a Ciência e Tecnologia: VIII - Glauco propõe também a inclusão de dois incisos, pois a partir da aprovação que o Centro de Pesquisa veio para o Brasil e Macaé perdeu um momento histórico de ter esse laboratório de pesquisa, então acha que deve fomentar a pesquisa para petróleo e gás e deve ter algo ligado a energias renováveis. Vandrê concordou com a colaboração do Glauco, pois é incentivo à energia renovável, pois é um caminho que devemos traçar a partir de agora. Francis ressaltou que terão a Conferência das Cidades e um dos Fóruns será sobre energia renovável. Aprovado por unanimidade. Leonardo falou que poderiam, também, fomentar a instalação de empresas de tecnologia inovadora. Macaé, hoje, tem o menor imposto para construção civil, então poderiam incentivar setores de alta tecnologia inovadora, isso seria diretrizes como estratégia. Francis confirmou que seria uma diretriz a ser seguida que poderá vir acontecer, então é só fazer a redação do inciso, seria um fomento. Artigo 23 - São ações estratégicas das Políticas Públicas para a Ciência e Tecnologia. IV - Meynardo sugeriu acrescentar no final do inciso: *e outros programas principais*. Aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente falou que encerra mais um Capítulo do Plano Diretor e convidou a todos para a audiência na próxima terça-feira. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, em nome de Deus, encerrou a Audiência Pública, determinando a lavratura da presente Ata, como segue regimentalmente assinada.

Wellington Porto de Almeida